CONJUNTURA
CNseg

CNseg
Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

ANO 2 | Nº 9 | JULHO/2019

ANO 2 | Nº 9 | JULHO/2019

CONJUNTURA
CNseg

Dados Susep de maio de 2019
Dados ANS de dezembro de 2018

CONJUNTURA
CNseg

CNseg
Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

ANO 2 | Nº 9 | JULHO/2019

Sumário

Apresentação 3

Editorial 6

Economia Brasileira..... 8

Mercado Segurador..... 15

Resumo Estatístico..... 19

Glossário..... 24

Apresentação

A CNseg

A Confederação das Seguradoras - CNseg é uma associação civil, com atuação em todo o território nacional, que reúne as Federações que representam as empresas integrantes dos segmentos de Seguros, Previdência Privada Complementar Aberta e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

A CNseg tem a missão de congregar as lideranças das associadas, elaborar o planejamento estratégico do setor, colaborar para o aperfeiçoamento da regulação governamental, coordenar ações institucionais de debates, divulgação e educação securitária e representar as associadas junto a autoridades públicas e a entidades nacionais e internacionais do mercado de seguros.

A Conjuntura CNseg é uma análise mensal do estado dos segmentos de Seguros de Danos e Responsabilidades, Coberturas de Pessoas, Saúde Suplementar e Capitalização, com o objetivo de examinar aspectos econômicos, políticos e sociais que podem exercer influência sobre o mercado segurador brasileiro. Em meses de referência de fechamento de trimestre, esta publicação reúne também os Destaques dos Segmentos, a atualização das Projeções de Arrecadação, os Boxes Informativos Estatístico , Jurídico e Regulatório e o acompanhamento da Produção Acadêmica em Seguros.

Editorial

Marcio Serôa de Araujo Coriolano, presidente da CNseg

A arrecadação do mês de maio de 2019, sem Saúde e sem DPVAT, cresceu 16,1% sobre o mesmo mês de 2018. Esse ótimo desempenho serviu para elevar a arrecadação acumulada no ano até maio para 7,1%, comparativamente a igual período do ano passado. E reverteu a tendência do comportamento anualizado do mercado, evidenciada pela série de 12 meses móveis, que até abril mostrava crescimento de 0,1% - uma virtual estabilidade -, e com a inclusão do mês de maio subiu para 1,5%. É um número importante, porque se aproxima do obtido nos dois primeiros meses do ano, após quatro meses de 2018 em que o setor apresentou taxas de desempenho negativas.

Considerando todos os ramos, exceto Saúde, as receitas do setor segurador alcançaram R$ 104,8 bilhões até maio. Como este caderno de Conjuntura CNseg vem observando, o crescimento do setor segurador é desigual, com os seus segmentos e ramos respondendo de forma diversa à conjuntura econômica e à preferência dos clientes de seguros. Nesses cinco meses do ano, considerando as suas contribuições ponderadas para a arrecadação global, o ramo de seguros patrimoniais (do segmento de seguros de danos e responsabilidades) vem liderando o crescimento, com 15,7%, enquanto os Planos de Risco (do segmento Cobertura de Pessoas) evolui com taxa de 15,4%. Ambos mostram, historicamente, bastante resistência ao ciclo baixo da economia. Agora, cabe também destaque ao segmento de Títulos de Capitalização que, após longa jornada de construção e adaptação a novos normativos de seus produtos - que gerou expectativas sobre sua capacidade de penetração setorial -,cresce 11,7% neste ano, mostrando que há campo para recuperar a penetração junto ao seu público.

Desconsiderando o DPVAT, que tem tarifa administrada pelo Governo, e a Saúde Suplementar, cujos últimos dados ainda são de março, a arrecadação global do setor de seguros, no período de 12 meses compreendido entre junho de 2018 e maio de 2019, cresceu 1,5% em relação aos 12 meses encerrados em maio de 2018.
O acompanhamento e o exame dessa série de 12 meses são importantes porque, a par dos movimentos mensais do mercado segurador, influenciados por particularidades microeconômicas, permitem a inferência de tendências maiores e aproximam os números obtidos de forma agregada aos resultados semestrais divulgados pelas Companhias Associadas à CNseg.

Um exemplo desse acompanhamento mensal e tendencial é que o mês de maio, com crescimento total de 16,1% sobre o mesmo mês do ano passado, foi decisivo para a reversão de uma tendência muito preliminar até abril, que parecia colocar o setor segurador em modo de espera. Ocorre que o desempenho da arrecadação do setor segurador em 2018 foi fraco, e então as receitas obtidas neste ano de 2019 devem ser comparadas a cada um dos meses antecedentes e ao seu conjunto, de forma que sejam evitadas conclusões precipitadas.

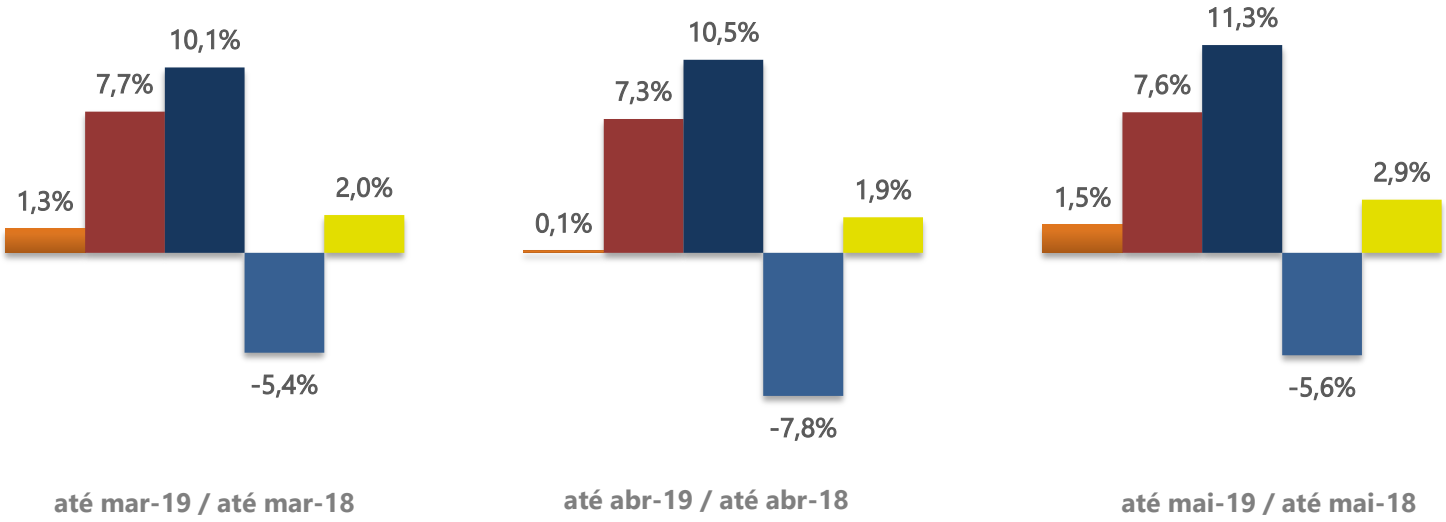
Foi precisamente o que aconteceu no mês de maio de 2019, a base do presente caderno de Conjuntura da CNseg. Agora estamos comparando o desempenho contra um mês de maio de 2018 que teve receita de R$ 19.403,5 milhões, fraca, com uma base menor daquela obtida em abril de 2018, de R$ 20.857,2 milhões. Ou seja, as possibilidades de evolução da arrecadação até o final do ano dependerão crucialmente da obtenção de resultados consistentemente melhores a cada mês.

Seguindo esse princípio de que quanto maior a série, melhor a avaliação, a comparação dos primeiros cinco meses de 2019 com os mesmos de 2018 mostra: o crescimento marginal do ramo de Automóveis. O crescimento consistente do ramo de seguros Patrimoniais, de Crédito e Garantias, e Rural. O ramo de Transportes igualmente mostra força. Os ramos de Planos de Risco em Cobertura de Pessoas, seja Vida, seja Prestamista, seguem em trajetória consistente. Assim como os Títulos de Capitalização. Já os Planos de Acumulação em Cobertura de Pessoas ainda apresentam volatilidade, própria de conjuntura econômica marcada ela mesma por volatilidade.

O gráfico ao final deste Editorial mostra o desafio de crescimento em perspectiva histórica. Figuram os grandes segmentos dos seguros, com as suas contribuições para a taxa de arrecadação total, ao longo da série de taxas de evolução anualizadas. Com a inclusão de maio de 2019, o crescimento nominal da arrecadação foi de 1,5%. A melhor e consistente variação positiva tem sido a do segmento de Danos e Responsabilidades, com 7,6%, evoluindo contra os 7,3% anteriores. Quanto ao subsegmento de Cobertura de Pessoas – Planos de Risco, a variação foi de 11,3%, melhorando também sobre os 10,5% do período antecedente. O subsegmento de Cobertura de Pessoas - Planos de Acumulação (PGBL e VGBL) teve reduzida a sua contribuição negativa, de 7,8% para 5,6%. O que explica a redução da variação negativa do segmento agregado de Cobertura de Pessoas – que soma os dois -, de 3,2% para 1,3%. Cabe destacar o segmento de Títulos de Capitalização, com crescimento nominal de 2,9%, bem superior ao 1,9% antecedente.

Todo o mercado segurador está na expectativa dos resultados de junho, fechando o semestre. Será o conjunto obtido até lá, coincidente com a publicação das demonstrações financeiras das Companhias, que pautará as novas expectativas para o ano.

Variação Nominal da Arrecadação - 12 meses móveis



até mar-19 / até mar-18 | até abr-19 / até abr-18 | até mai-19 / até mai-18

Fonte: SES (SUSEP) Extraído em 01/07/2019

- Setor Segurador (sem DPVAT e Saúde)
- Danos e Responsabilidades (sem DPVAT)
- Cobertura de Pessoas - Planos de Risco
- Cobertura de Pessoas - Planos de Acumulação
- Capitalização

Economia Brasileira

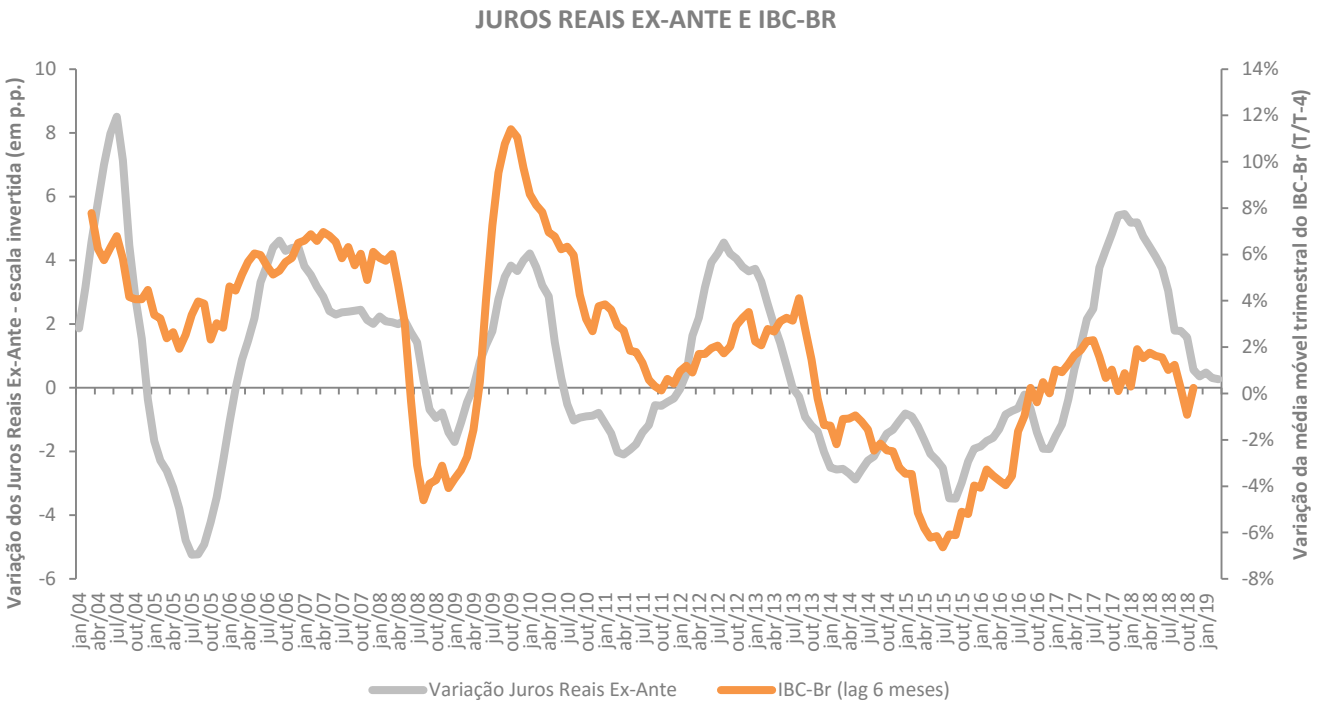
Análise Conjuntural

O primeiro semestre do ano vai chegando ao fim com a consolidação de um cenário em que o crescimento da economia foi consideravelmente mais baixo do que se projetava anteriormente, por conta do andamento errático da reforma da Previdência, condição necessária – ainda que não suficiente – para a estabilização da economia e para a retomada da confiança dos agentes econômicos; da mudança adversa no cenário externo, com menor dinamismo da economia mundial; da lenta recuperação do emprego, que deteriora a confiança dos consumidores e por fatores pontuais negativos, como o rompimento da barragem de Brumadinho, que afetou severamente a indústria extrativa, além dos impactos da crise econômica na Argentina sobre a indústria de transformação.

No entanto, é notável que as expectativas para os próximos meses se mantêm razoavelmente positivas, com grande parte dos agentes do mercado projetando recuperação do crescimento da economia na segunda metade do ano. Apesar de todos os contratempos políticos e dos esperados embates com grupos de interesse, a reforma da Previdência caminha bem na Câmara dos Deputados, e analistas políticos acreditam que há chances de aprovação na Câmara antes do recesso parlamentar, que começa em 18 de julho. Isso trouxe ânimo ao mercado, refletido na valorização das ações na Bolsa de Valores e na apreciação do Real frente ao Dólar. A base dos cenários mais otimistas para o segundo semestre e para o ano que vem é que o montante aprovado na reforma deve estar relativamente próximo ao do texto original, mesmo que uma parcela do resultado seja baseada em aumento de tributos. As perspectivas podem ser ainda favorecidas por eventuais estímulos específicos ao consumo, como liberação de recursos do FGTS e do PIS/Pasep, e da provável redução dos juros básicos pelo Banco Central. Pelo que se pode inferir dos discursos das autoridades econômicas, tais medidas, no entanto, só deverão ser implementadas após a aprovação da reforma da Previdência, apenas com o objetivo de dar suporte adicional à recuperação enquanto os efeitos do aumento da confiança não se manifestarem.

No último mês, grande parte do debate econômico se concentrou na política monetária e dividiu os especialistas entre aqueles que acreditavam – pela alta capacidade ociosa da economia, pelo elevado desemprego e pela inflação baixa – ser necessária uma redução imediata da taxa básica de juros, a Selic, e aqueles que acreditavam que uma redução só deveria ocorrer após sinalizações mais claras a respeito da reforma da Previdência, aumentando a credibilidade da política monetária – atributo fundamental no regime de metas para inflação – em um cenário, como mostra a figura na próxima página, em que as reduções na taxa de juros real têm tido pouco efeito sobre o nível de atividade. No fim, o Copom[1] manteve, em sua última reunião, a Selic em 6,5% (patamar em que se encontra desde março de 2018). O comunicado divulgado logo após o anúncio da decisão enfatizou a importância das reformas – especialmente a da Previdência – para diminuição das incertezas, permitindo que a Selic seja reduzida sem prejuízo à meta de inflação.

[1] Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil.



Fonte: Banco Central do Brasil

"Uma eventual frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira pode afetar prêmios de risco e elevar a trajetória da inflação", diz trecho do comunicado. A ata da reunião e o Relatório trimestral de inflação, divulgados em sequência, mantiveram o mesmo tom, deixando claro o elemento ausente para um corte imediato na taxa de juros: avanços em reformas estruturais, principalmente daquelas voltadas à melhoria das contas públicas. Isto é, o Banco Central optou, mesmo em um cenário de fraca atividade e expectativas de inflação em queda – o que até o mês passado só estava ocorrendo na inflação esperada implícita nos títulos da dívida pública – , por esperar sinais concretos de que a dinâmica fiscal apresentará melhora à frente, ampliando a eficiência da política monetária.

Os dados mais recentes de pesquisas conjunturais continuam a exibir uma economia desaquecida. As métricas interanuais, entretanto, devem sofrer influência positiva da base constrangida pela paralisação dos caminhoneiros no ano passado, que ocorreu justamente entre os meses de maio e junho. A Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), primeira a ser divulgada pelo IBGE com referência em maio, atesta esse diagnóstico. Na variação contra o mesmo mês do ano passado, a produção industrial passou de queda de 3,9% para expansão de 7,2%. Na série livre de efeitos sazonais, no entanto, a produção das indústrias de transformação e extrativas apresentou retração de 0,2% em maio em relação a abril, depois de crescer 0,3% sobre março. Com esses resultados, nos cinco primeiros meses de 2019, o setor industrial acumula queda de 0,7% em relação ao mesmo período de 2018, resultado de variações de 1,2% da Indústria de transformação e de -13,2% da Indústria extrativa, pela mesma métrica.

Os números do mercado de trabalho, como apontamos na edição passada da Conjuntura CNseg, continuam a revelar sinais mais claros de recuperação, embora o desemprego permaneça alto e a renda real do trabalho tenha voltado a apresentar queda (ainda que não estatisticamente significativa). A última divulgação da PNAD Contínua, referente ao trimestre móvel encerrado em maio, mostrou que a taxa de desocupação da força de trabalho, de 12,3%, ficou estável em relação ao trimestre de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019 (12,4%) e caiu na comparação com o mesmo trimestre de 2018 (12,7%). A pesquisa confirmou ainda uma recuperação mais forte do trabalho formal, medido pelo número de pessoas empregadas no setor privado com carteira assinada, fazendo com que os números dessa pesquisa apresentassem níveis compatíveis com aqueles do CAGED, que já mostrava um quadro mais favorável há vários meses.

No entanto, outros indicadores mostram que o mercado de trabalho brasileiro está longe de se recuperar totalmente dos efeitos da crise e, sob alguns aspectos, continua a retroceder. Se, por um lado, a PNAD finalmente apontou crescimento da população empregada com carteira assinada, o número de empregados sem carteira continua a crescer mais, assim como o de trabalhadores por conta própria. A população subutilizada e o número de pessoas desalentadas são recordes. A recuperação do emprego tende a ser difícil, ainda mais após um longa e profunda recessão como a que abalou a economia brasileira, pois: indicadores como a taxa de desocupação sofrem influência do efeito alento/desalento, que faz com que a recuperação desse indicador seja mais lenta; o desemprego de longa duração, que é extremamente prejudicial por reduzir a qualificação, atrasar a aquisição de habilidades e, consequentemente, diminuir a produtividade dos trabalhadores, é recorde; a Construção civil, atividade intensiva em trabalho – tanto qualificado quanto não especializado – continua a sofrer mais que a média dos demais setores e está muito longe de se recuperar da crise; a Indústria, que também gera quantidade expressiva de empregos, continua a enfrentar dificuldades que podem ser potencializadas por uma redução do crescimento econômico no mundo, especialmente em parceiros comerciais estratégicos, e o setor público, diante das dificuldades fiscais por que passam governos da União, dos estados e municípios, dificilmente contribuirá com contratações.

Apesar da reconhecida competência da equipe econômica montada pelo Governo, a contração da economia no início deste ano, somada à turbulenta relação entre o Executivo e o Legislativo, consumiu parcela relevante de sua popularidade e praticamente anulou o aumento da confiança de empresários e consumidores na economia após as eleições. No entanto, os indicadores de confiança empresarial começam a dar sinais de que interromperam a série de quedas dos últimos meses. O Índice de Confiança Empresarial (ICE) da FGV, por exemplo, avançou 0,6 ponto em junho em relação a maio, na primeira alta mensal em cinco meses.

A inflação, após um início de ano com algumas surpresas, continua a dar sinais de arrefecimento. O IPCA-15 de junho apresentou variação de apenas 0,06%, abaixo das expectativas do mercado e a taxa mais baixa para o mês desde 2006. No acumulado de 12 meses, a prévia da inflação oficial arrefeceu de 4,93% em maio para 3,84%. Alguns fatores explicam este comportamento: resultados baixos para a inflação de alimentos; a economia desaquecida, que mantém o hiato do produto[2] alto e a demanda reprimida, inibindo aumentos de preços ao consumidor e a valorização do câmbio, fator relevante pela possibilidade de repasse aos preços em caso de uma depreciação mais severa. Além disso, com a retirada dos meses do ano passado em que a inflação esteve sujeita aos efeitos da greve dos caminheiros, as métricas anualizadas tendem a apresentar queda significativa.

[2] Diferença entre o produto (PIB) potencial da economia, aquele que não acelera a inflação, e o efetivo.

Como salientamos em análises anteriores, em um ambiente global mais incerto e instável, um Brasil com uma agenda consistente de reformas e práticas amigáveis ao mercado – como um programa de privatizações e concessões, reforma tributária, independência do Banco Central, redução da burocracia e abertura comercial – pode se tornar relativamente atrativo, impulsionando, em um cenário otimista, a recuperação da economia entre o final deste ano e o início do próximo. O ânimo do mercado financeiro nos últimos dias parece refletir esse cenário, além do movimento global que favoreceu ativos de países emergentes, na esteira da linha mais *dovish*[3] adotada pelas autoridades monetárias das economias centrais nas últimas semanas.

O cenário externo, entretanto, permanece desafiador e mais difícil de prever. Após um mês de escalada na guerra comercial entre EUA e China – que deve ter efeitos mais fortes sobre o crescimento da economia mundial do que se esperava anteriormente –, a reunião entre o presidente americano Donald Trump e o chinês, Xi Jinping, durante o encontro do G-20, no Japão, trouxe o resultado esperado pelos mercados: a manutenção das tarifas que já foram impostas, a suspensão das que estavam para entrar em vigor e a continuidade das conversas. Enquanto isso, a perspectiva de uma desaceleração forte ou até mesmo uma recessão nas maiores economias do mundo continua a favorecer políticas monetárias mais expansionistas, corroborando a queda nos rendimentos mais longos das curvas de juros das economias centrais. Entretanto, como exemplo da dificuldade de prever o cenário externo na atual conjuntura, a divulgação do número de empregos criados nos EUA surpreendeu em junho. As 224 mil vagas vieram acima das projeções (164 mil), no valor mais alto desde janeiro, o que mostra que a economia americana continua aquecida e reduz a chance de um corte mais agressivo dos juros por parte do Fed, impactando negativamente os ativos que vinham se beneficiando da expectativa de juros mais baixos.

De qualquer maneira, como já havíamos analisado, a maior liquidez global pode representar uma janela de oportunidade para economias emergentes, como o Brasil, que geralmente sofrem com a diminuição dos fluxos externos em momentos de aperto monetário global. Apesar da frágil situação fiscal, a posição brasileira em relação ao setor externo é relativamente confortável quando comparada a de outros países emergentes ou até mesmo com outros momentos do nosso próprio passado. Conclui-se que o País pode estar particularmente bem posicionado no atual cenário internacional. Permanece, no entanto, o diagnóstico de que essa janela de oportunidade pode ter pouco ou nenhum efeito positivo se a economia internacional desacelerar demais em meio ao avanço do protecionismo populista, mantendo elevada a incerteza sobre qual efeito prevalecerá.

Apesar do começo de ano frustrante para aqueles que esperavam uma recuperação robusta da economia brasileira, continua a ser possível manter um otimismo moderado a médio prazo. O pior cenário – que era de não aprovação da reforma – é cada vez mais improvável e, mesmo que o que seja aprovado não proporcione a economia almejada pelo Governo, a reforma, somada a políticas públicas favoráveis ao mercado que estão na agenda econômica do governo, como a reforma tributária, a aceleração de privatizações e concessões e a desoneração de importação de bens de capital e informática têm potencial para reestimular o crescimento a partir do segundo semestre, mesmo que de maneira gradual. Com isso, poderia ter início um processo de redução paulatina do endividamento público como percentual do PIB, reforçado pela manutenção de juros reais em níveis baixos, gerando um processo auspicioso de recuperação da confiança dos agentes na economia, com consequências positivas sobre níveis de emprego, renda e investimento.

[3] Quando a política monetária tende a ser mais expansionista.

Acompanhamento das Expectativas Econômicas

(data de corte: 01/07/2019)

Notas	Variável	Realizado no ano*	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2019				
				Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
				28/06/19	21/06/19	31/05/19	29/03/19	04/01/19
4	PIB	0,46%	0,93%	0,85%	0,87%	1,13%	1,98%	2,53%
3	Produção Industrial (quantum)	-2,71%	-1,11%	0,71%	0,72%	1,49%	2,50%	3,04%
4	PIB Indústria	-1,10%	0,02%	0,58%	0,59%	0,98%	2,11%	2,80%
4	PIB de Serviços	1,15%	1,15%	1,30%	1,33%	1,53%	2,06%	2,20%
4	PIB Agropecuário	-0,08%	1,06%	0,90%	0,90%	1,01%	2,28%	2,57%
2	IPCA	2,22%	4,66%	3,80%	3,82%	4,03%	3,89%	4,01%
1	IGP-M	4,39%	6,53%	6,53%	6,12%	5,87%	5,24%	4,30%
1	SELIC	6,40%	6,40%	5,50%	5,75%	6,50%	6,50%	7,00%
1	Câmbio	3,83	3,83	3,80	3,80	3,80	3,70	3,80
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	54,72%	54,72%	56,19%	56,28%	56,28%	56,20%	56,70%
2	Conta-Corrente (em US$ bi)	-7,58	-13,92	-22,80	-23,00	-25,05	-26,25	-26,00
2	Balança Comercial (em US$ bi)	20,59	52,20	50,80	50,60	50,50	50,25	52,00
2	Investimento Direto no País (em US$ bi)	35,14	96,57	85,00	85,00	82,65	81,89	79,50
2	Preços Administrados	3,32%	6,53%	5,10%	5,20%	5,25%	5,00%	4,79%

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE). Data de corte: 01/07/2019
Notas: 1- dados até junho/19; 2- dados até maio/19; 3 - dados até abril/19; 4 - dados até março/19
*Vide nota de referência de período.

Notas	Variável	Realizado no ano*	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2020				
				Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
				28/06/19	21/06/19	31/05/19	29/03/19	04/01/19
4	PIB	0,46%	0,93%	2,20%	2,20%	2,50%	2,75%	2,50%
3	Produção Industrial (quantum)	-2,71%	-1,11%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
4	PIB Indústria	-1,10%	0,02%	2,60%	2,60%	2,70%	3,00%	3,08%
4	PIB de Serviços	1,15%	1,15%	2,45%	2,45%	2,25%	2,50%	2,55%
4	PIB Agropecuário	-0,08%	1,06%	2,80%	2,80%	2,80%	3,00%	3,00%
2	IPCA	2,22%	4,66%	3,91%	3,95%	4,00%	4,00%	4,00%
1	IGP-M	4,39%	6,53%	4,14%	4,13%	4,00%	4,00%	4,00%
1	SELIC	6,40%	6,40%	6,00%	6,50%	7,25%	7,50%	8,00%
1	Câmbio	3,83	3,83	3,80	3,80	3,80	3,75	3,80
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	54,72%	54,72%	58,55%	58,58%	58,55%	58,20%	58,65%
2	Conta-Corrente (em US$ bi)	-7,58	-13,92	-33,00	-32,80	-35,30	-36,00	-38,00
2	Balança Comercial (em US$ bi)	20,59	52,20	46,40	46,40	45,10	46,65	47,25
2	Investimento Direto no País (em US$ bi)	35,14	96,57	84,36	84,28	84,36	83,38	84,44
2	Preços Administrados	3,32%	6,53%	4,43%	4,40%	4,40%	4,30%	4,00%

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE). Data de corte: 01/07/2019
Notas: 1- dados até junho/19; 2- dados até maio/19; 3 - dados até abril/19; 4 - dados até março/19
*Vide nota de referência de período.

No último mês, com a consolidação de um cenário de crescimento inferior ao esperado nos primeiros meses do ano – como comentamos na seção anterior –, as expectativas de crescimento foram revistas para baixo, não apenas para este ano como para o próximo. No entanto, ao contrário do que havia ocorrido no mês anterior, as projeções de inflação foram ajustadas de acordo, sendo também reduzidas, o que abre caminho para a redução dos juros básicos, outra tendência observada nas expectativas econômicas no último mês.

Como indicamos neste espaço na última edição da Conjuntura CNseg, novos cortes nas projeções de crescimento do PIB em 2019 ocorreram nas últimas semanas, uma vez que a projeção de 1,13% que vigorava há um mês – crescimento semelhante ao dos últimos dois anos – podia ser considerada excessivamente otimista, já que, para alcançá-la, a economia teria que crescer em média 0,6% nos três últimos trimestres, algo que não ocorre desde 2013. Assim, as projeções para o crescimento do PIB em 2019 continuaram a cair: de 1,13% há quatro semanas para 0,85% na data de corte desta análise.

Para 2020, a projeção mediana para o crescimento da economia, após permanecer por várias semanas em 2,50%, foi ajustada para 2,20%. Ou seja, o mercado passou a projetar crescimento menor para o ano que vem, mas ainda consideravelmente maior que para este ano. Isso ocorre porque o baixo dinamismo da economia em 2019, por mais que haja recuperação no segundo semestre, deve se propagar com mais intensidade do que se esperava até o ano que vem. Entretanto, as perspectivas positivas para o andamento da reforma da Previdência e da agenda econômica do Governo alimentam cenários de crescimento mais robusto à frente.

Após os sustos do início do ano, as projeções para inflação ao consumidor medida pelo IPCA caíram nas últimas semanas, seguindo a expectativa mais baixa que já estava clara na inflação implícita dos títulos da dívida pública. Para 2019, a projeção para a inflação oficial foi reduzida de 4,03% há uma mês para 3,80%. Para 2020, a redução foi de 4,00% para 3,91%. Entretanto, refletindo algum aumento no IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo) nos últimos meses, como se verifica na divulgação do IGP-M de junho, em que a inflação pelo IPA passou de 0,54% para 1,16%, as projeções para a inflação medida pelo IGP-M foram revisadas para cima nas últimas semanas.

Em um mês intenso para as discussões sobre a política monetária e após o Banco Central ter deixado claro em sua comunicação que o caminho para a redução dos juros está aberto, dependendo apenas do andamento da agenda de reformas, os agentes consultados pelo Focus reduziram suas expectativas para a taxa de juros básica da economia, a Selic. Para o encerramento deste ano, a projeção mediana caiu de 6,50% para 5,50%. Já para o fechamento de 2020, a projeção mediana foi reduzida de 7,25% para 6,00%.

Mercado Segurador

Análise de Desempenho

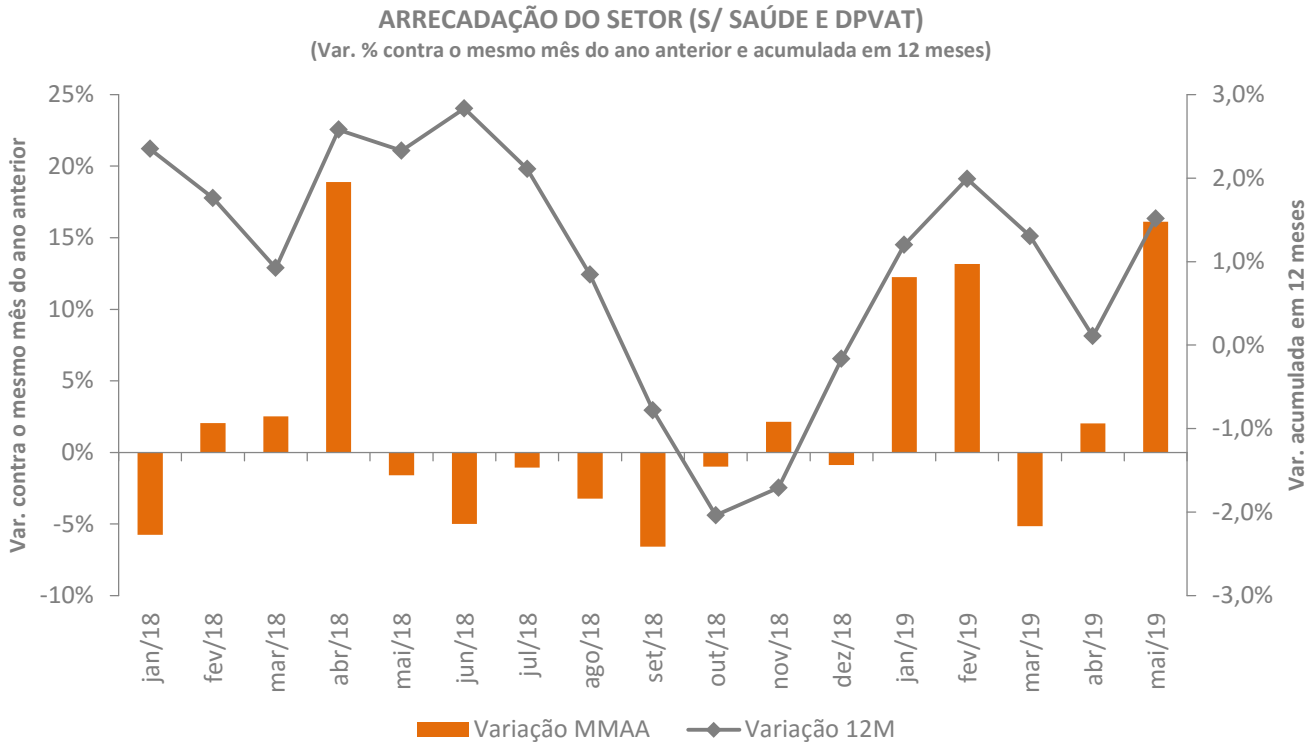
Os números de arrecadação do setor segurador em maio reforçam a tendência de recuperação presente já nos dados de abril, com um volume de prêmio direto de seguro, contribuições de previdência e faturamento de capitalização (sem Saúde Suplementar) de R$ 22,6 bilhões, o que representa um crescimento de 14,1% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Quando se retiram da conta os prêmios do seguro DPVAT[1], que sofreu redução tarifária em observância à regulação, o crescimento é de 16,1%, com uma melhora expressiva em relação ao resultado de abril, que, pela mesma métrica, havia registrado crescimento de 2,0%. O crescimento da arrecadação acumulada no ano com a inclusão do mês de maio é de 7,1%, sem contar a Saúde Suplementar e excluindo o DPVAT.

A variação em janelas de 12 meses encerrada em maio voltou a mostrar aceleração, revertendo a tendência observada nos meses de março e abril, como mostra o gráfico na próxima página. Considerando que os seis meses que se seguiram ao forte resultado de abril de 2018 foram de desempenho modesto – com queda da arrecadação em relação aos mesmos meses do ano anterior –, essa aceleração deverá ser ainda mais forte daqui para frente. Isso, de fato, já foi observado em maio, não apenas porque a variação contra o mesmo mês do ano passado foi positiva, como também foi bastante alta (16,1%, sem DPVAT). Com isso, a métrica acumulada em 12 meses subiu para 1,5%.

Como temos observado em edições anteriores da Conjuntura CNseg, o crescimento do setor segurador continua a ser heterogêneo entre seus segmentos e ramos, cada um com resposta específica à conjuntura econômica e à preferência dos clientes de seguros. No entanto, uma diferença que, há alguns meses, era entre produtos que apresentavam expansão ou retração passou a ser, essencialmente, um diferença nas taxas de crescimento, como se pode observar no resultado acumulado nos primeiros cinco meses do ano em tabela do Resumo Estatístico desta publicação.

Os principais responsáveis pelo melhor desempenho da arrecadação em maio em relação ao mês anterior foram: a reversão experimentada pelos produtos de Coberturas de Pessoas – Planos de Acumulação, tanto no VGBL quanto no PGBL, que têm grande peso no total das receitas do setor; uma melhora, ainda que marginal, no desempenho da carteira de automóveis (produto de maior arrecadação do segmento de Danos e Responsabilidades) e um forte aumento na taxa de crescimento dos produtos de Crédito e Garantia, dos Seguros Rural e Marítimo e Aeronáutico, além da ampliação do crescimento da arrecadação dos Títulos de Capitalização.

[1] Segundo a Resolução CNSP nº 371/2018, o seguro DPVAT teve reduções entre 56% e 79% no prêmio tarifário para o exercício de 2019 em todas as categorias (com exceção à categoria “motocicletas, motonetas, ciclomotores e similares”).



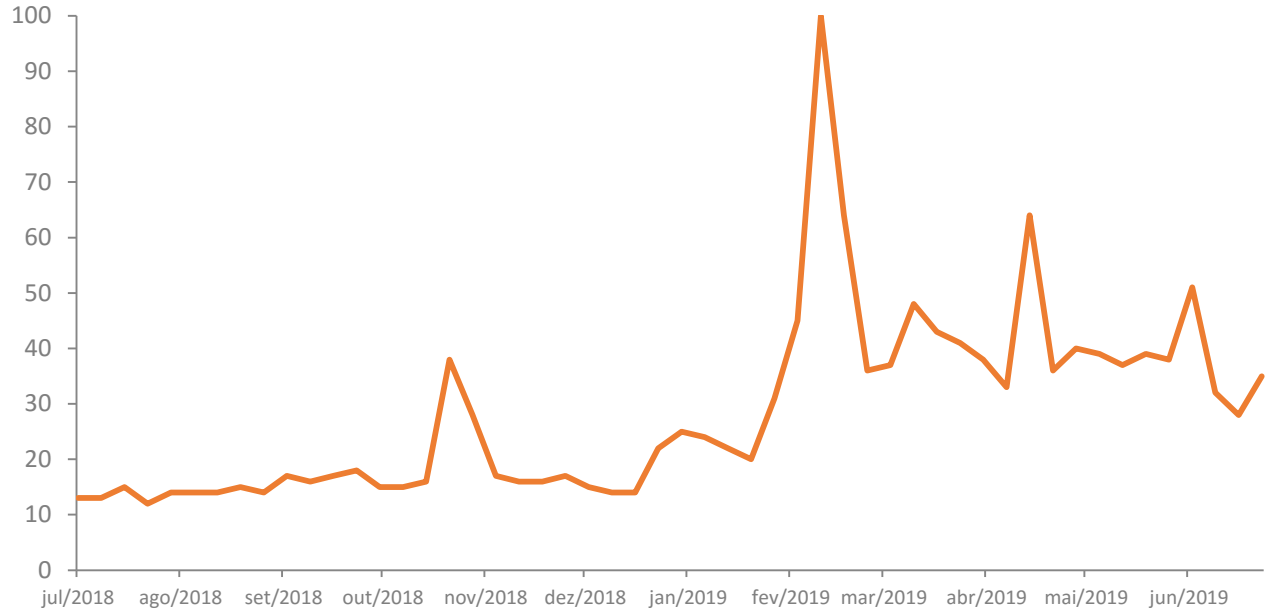
Fonte: Susep

Em Coberturas de Pessoas, a arrecadação dos Planos de Risco continua a apresentar taxas de crescimento robustas, revelando uma crescente demanda da sociedade por proteção e segurança, mesmo em – ou talvez até motivada por – um ambiente macroeconômico e social ainda desafiador. A arrecadação desse grupo cresceu 17,4% em relação a maio do ano passado (excluindo a parcela dos Planos Tradicionais de Risco). Com isso, o grupo fechou os cinco primeiros meses do ano com variação de 15,4% sobre o mesmo período de 2018. O bom desempenho no acumulado do ano está disseminado entre os principais produtos do grupo: Vida (16,2%), Prestamista (24,5%) e Viagem (19,1%), cujos resultados cada vez mais positivos devem ser notados: no acumulado de 12 meses, a arrecadação do produto passou de -6,6% em junho do ano passado para 10,7% em maio deste ano. Tal aumento, entretanto, veio acompanhado de crescimento de intensidade maior nos sinistros, que passou, também no acumulado de 12 meses, de 14,8% para 29,4% no mesmo período.

Notável também tem sido o desempenho do seguro de Vida: em 12 meses, o crescimento passou de 6,4% em junho de 2018 para 12,4% em maio de 2019. A sinistralidade também caminhou na mesma direção, mas, diferentemente do que ocorreu no Seguro Viagem, a variação dos sinistros nos produtos de Vida tem se mantido abaixo ou em ordem semelhante ao crescimento da arrecadação. Em 12 meses, o crescimento dos sinistros passou de -6,9% em junho de 2018 para 15,0% em maio de 2019.

Quanto aos Planos de Acumulação, maio trouxe de volta os bons resultados obtidos no começo do ano. Os efeitos adversos do pessimismo generalizado com a economia, do lento crescimento da renda real e dos baixos patamares das taxas de juros têm afetado diretamente o resultado dos Planos de Acumulação nos últimos meses. No entanto, tais efeitos podem começar a estar sendo compensados pelo avanço da reforma da Previdência no Congresso, chamando a atenção dos brasileiros para a importância de constituir reservas para o período da vida em que se deixa de trabalhar. Em relação a maio do ano passado, a arrecadação dos Planos de Acumulação (excluindo a parcela dos Planos Tradicionais de Acumulação) cresceu 20,2%, resultado de variação de 21,0% dos produtos da família VGBL e de 11,6% da família PGBL. No acumulado até maio, a expansão desses Planos é 3,4% maior do que no mesmo período do ano passado. Como mostra o gráfico abaixo, elaborado com dados da ferramenta *Google Trends*, o interesse pelo termo "previdência" no Brasil se encontra, este ano, em patamares claramente superiores ao do ano passado.

INTERESSE PELO TERMO "PREVIDÊNCIA" NAS BUSCAS DO GOOGLE NO BRASIL
(índice: 100 = momento de maior interesse nos últimos 12 meses)



Fonte: Google Trends

O segmento de Títulos de Capitalização continua a apresentar resultados bastante positivos e a tendência de recuperação de sua arrecadação, que ocorre desde meados do ano passado, parece estar consolidada. Abril já havia sido bastante positivo, com crescimento de 14,7% em relação ao mesmo mês do ano passado. Maio manteve o crescimento de dois dígitos, chegando a 19,3%, confirmando as boas expectativas advindas do novo marco regulatório, que instituiu duas novas modalidades: instrumento de garantia e filantropia premiável. No acumulado no ano, o crescimento da arrecadação do segmento chegou a 11,7% e, nos últimos 12 meses, a 2,9%.

Os seguros de Danos e Responsabilidades (sem DPVAT) apresentaram, em maio, variação de 10,1% contra o mesmo mês de 2018, resultado que consolida um começo de ano bastante positivo para o segmento, em que houve crescimento de 7,6% em relação ao mesmo período do ano passado. No acumulado dos últimos 12 meses, o crescimento também é de 7,6% em relação aos 12 meses imediatamente anteriores. É importante, porém, destacar que tal desempenho continua a ser acompanhado, em muitos casos, de significativo aumento nos sinistros, que, no segmento como um todo – novamente excluindo o DPVAT –, cresceram 17,7% no acumulado do ano.

O seguro Automóvel, produto de maior arrecadação do segmento que vem apresentando comportamento volátil nos últimos meses, cresceu 3,6% em maio na comparação com o mesmo mês do ano passado. Tal resultado conteve a tendência de desaceleração da arrecadação do produto no acumulado de 12 meses: de 2,5% em abril, passou para 2,6% em maio. Os seguros do grupo Patrimonial continuaram a crescer a taxas de dois dígitos em maio: 14,0% em relação a maio do ano passado. No acumulado do ano, o crescimento é de 15,7%, com bom desempenho dos produtos Massificados (13,0%) e, apesar da menor representatividade, dos Riscos de Engenharia (138,8%).

A arrecadação do seguro Habitacional, apesar de uma leve melhora mensal, continua desprendida da evolução das medidas tradicionais de crédito imobiliário e permanece desacelerando nas taxas de crescimento anualizadas, movimento que vem desde o final de 2017: em 12 meses, passou de -3,2% em abril para -3,5% em maio. No entanto, nos cinco primeiros meses deste ano, a arrecadação avançou 2,7%.

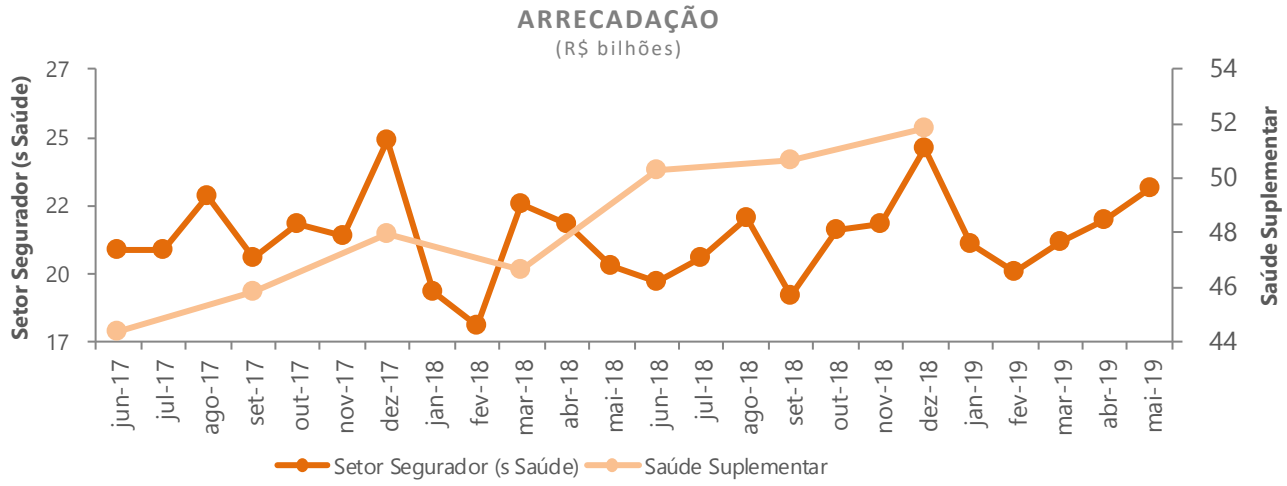
Após voltar a se expandir com mais intensidade em abril (6,5% sobre abril do ano passado), o Seguro Rural apresentou forte crescimento em maio, de 34,9% em relação ao mesmo mês de 2018. Com esse resultado, o crescimento da arrecadação acumulada no ano chegou a 13,3%. O aumento de demanda por proteção com a ocorrência de eventos climáticos extremos e a confirmação das sinalizações do Governo de aumento da subvenção indicam um cenário bastante positivo para esse produto. No lançamento do Plano Safra, em junho, o Governo Federal anunciou que R$ 1 bilhão serão disponibilizados pelo Ministério da Agricultura para custear parte das apólices a serem contratadas por produtores rurais de todo o País em 2020, o maior volume de recursos já orçado para o programa.

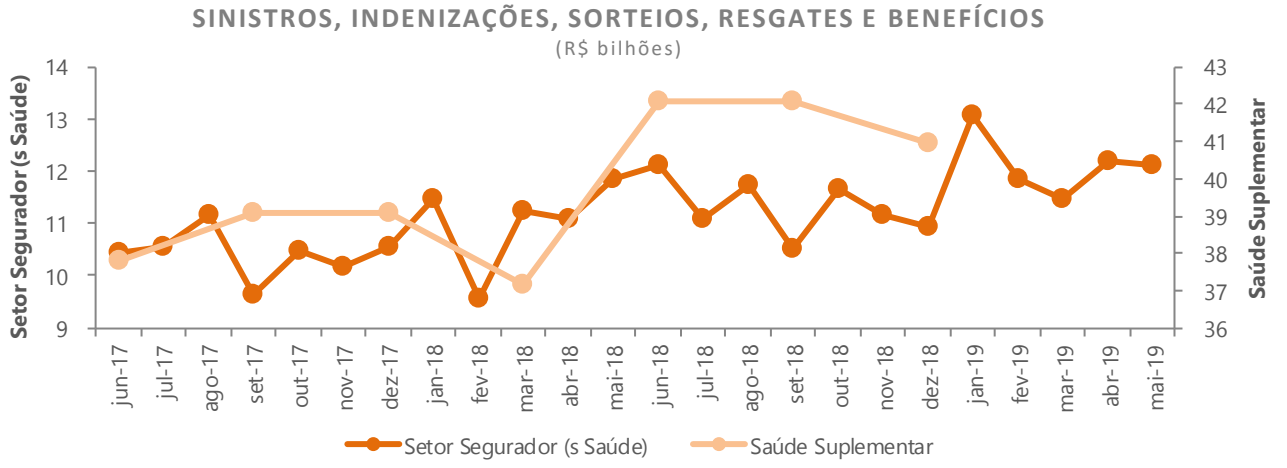
Destacam-se ainda, no acumulado do ano, a evolução dos produtos Crédito e Garantia (37,1%), Responsabilidade Civil (22,7%) e Marítimos e Aeronáuticos (63,2%).

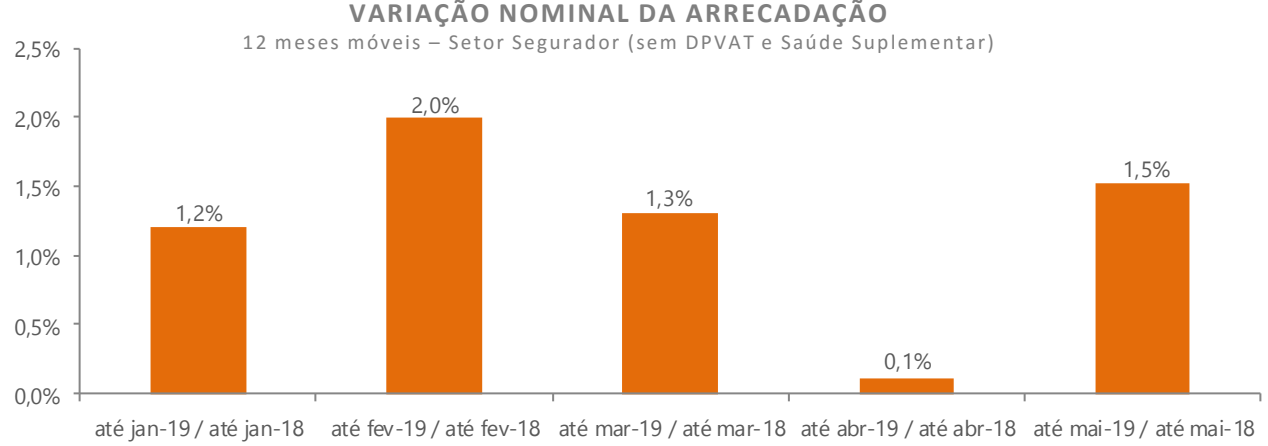
Em maio deste ano, segundo dados da Sala de Situação da ANS, havia 47,2 milhões de beneficiários de planos de saúde médico-hospitalares, número apenas 0,2% maior que no mesmo mês do ano passado. Já nos planos exclusivamente odontológicos, a expansão mais forte se manteve: os 24,6 milhões de beneficiários nesses planos representaram um aumento de 6,5% em relação a maio de 2018.

Resumo Estatístico

Setor Segurador (data de corte: 01/07/19)







Notas: 1) Os dados da ANS foram alocados no último mês de cada trimestre, pois sua publicação é feita a cada três meses. Os dados provenientes da SUSEP são de periodicidade mensal. 2) Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fonte: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

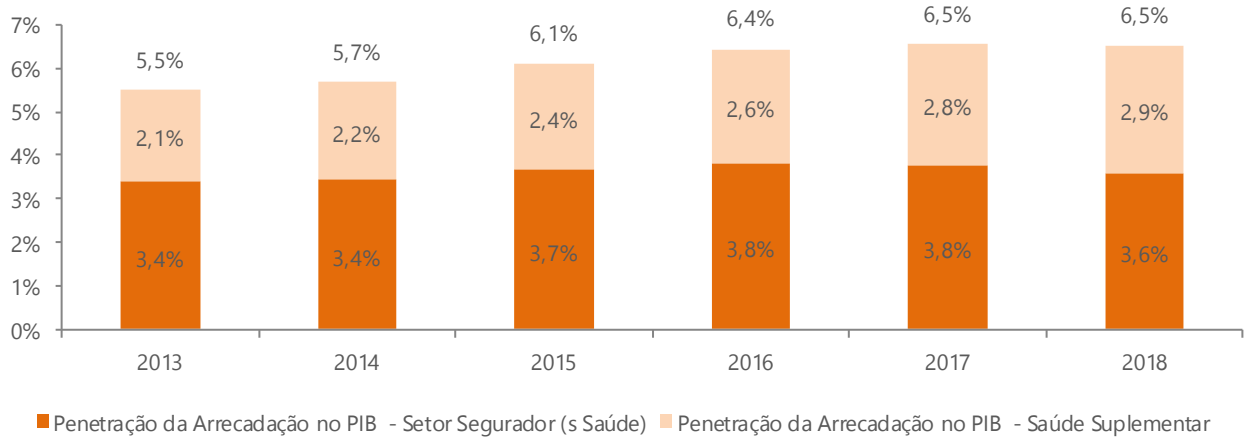
Arrecadação

(em milhões R$)

Setor Segurador (sem Saúde Suplementar)		Até maio		Variação %	maio	maio	Variação %
		2018	2019		2018	2019	
1	**Danos e Responsabilidades (s DPVAT)**	**27.580,26**	**29.686,93**	**7,64%**	**5.722,80**	**6.302,16**	**10,12%**
1.1	**Automóvel**	**14.517,56**	**14.576,97**	**0,41%**	**3.027,99**	**3.137,93**	**3,63%**
1.1.1	Acidentes Pessoais de Passageiros	239,86	253,98	5,88%	48,59	54,12	11,40%
1.1.2	Casco	10.050,01	9.952,30	-0,97%	2.086,12	2.098,61	0,60%
1.1.3	Responsabilidade Civil Facultativa	3.191,89	3.183,44	-0,26%	667,89	685,98	2,71%
1.1.4	Outros	1.035,80	1.187,25	14,62%	225,40	299,22	32,75%
1.3	**Patrimonial**	**4.538,00**	**5.249,15**	**15,67%**	**916,93**	**1.045,70**	**14,04%**
1.3.1	Massificados	3.460,22	3.909,41	12,98%	727,16	811,90	11,65%
1.3.11	Compreensivo Residencial	1.190,94	1.296,74	8,88%	246,18	271,51	10,29%
1.3.12	Compreensivo Condominial	179,52	185,91	3,56%	39,76	43,39	9,15%
1.3.13	Compreensivo Empresarial	921,13	1.046,97	13,66%	200,69	227,23	13,22%
1.3.14	Outros	1.168,63	1.379,79	18,07%	240,54	269,77	12,15%
1.3.2	Grandes Riscos	967,06	1.075,34	11,20%	171,55	187,97	9,57%
1.3.3	Risco de Engenharia	110,73	264,40	138,79%	18,22	45,83	151,57%
1.4	**Habitacional**	**1.658,71**	**1.703,72**	**2,71%**	**338,53**	**351,89**	**3,95%**
1.5	**Transportes**	**1.224,64**	**1.332,47**	**8,81%**	**266,26**	**275,23**	**3,37%**
1.5.1	Embarcador Nacional	386,43	400,86	3,74%	84,68	82,91	-2,09%
1.5.2	Embarcador Internacional	195,06	226,06	15,89%	52,85	55,25	4,55%
1.5.3	Transportador	643,15	705,54	9,70%	128,72	137,07	6,48%
1.6	**Crédito e Garantia**	**1.564,80**	**2.145,91**	**37,14%**	**329,84**	**437,07**	**32,51%**
1.7	**Garantia Estendida**	**1.237,79**	**1.314,68**	**6,21%**	**234,97**	**249,58**	**6,22%**
1.8	**Responsabilidade Civil**	**656,41**	**805,36**	**22,69%**	**123,97**	**152,48**	**23,00%**
1.8.1	Responsabilidade Civil D&O	139,70	192,07	37,49%	22,03	38,31	73,92%
1.8.2	Outros	516,71	613,30	18,69%	101,94	114,17	12,00%
1.9	**Rural**	**1.621,54**	**1.836,88**	**13,28%**	**387,77**	**523,02**	**34,88%**
1.10	**Marítimos e Aeronáuticos**	**264,96**	**432,35**	**63,17%**	**54,46**	**111,41**	**104,56%**
1.10.1	Marítimos	133,95	182,46	36,21%	31,20	33,87	8,57%
1.10.2	Aeronáuticos	131,01	249,90	90,74%	23,26	77,54	233,29%
1.11	**Outros**	**295,85**	**289,45**	**-2,16%**	**42,07**	**17,84**	**-57,59%**
2	**Coberturas de Pessoas**	**60.661,63**	**64.432,70**	**6,22%**	**11.924,49**	**14.131,20**	**18,51%**
2.1	**Planos de Risco**	**15.147,96**	**17.474,05**	**15,36%**	**3.218,71**	**3.777,28**	**17,35%**
2.1.1	Vida	5.927,91	6.887,37	16,19%	1.237,72	1.575,97	27,33%
2.1.2	Prestamista	4.521,20	5.631,15	24,55%	1.038,07	1.217,33	17,27%
2.1.3	Viagem	195,89	233,28	19,09%	38,57	45,69	18,46%
2.1.4	Outros	4.502,96	4.722,24	4,87%	904,35	938,29	3,75%
2.2	**Planos de Acumulação**	**43.841,07**	**45.326,57**	**3,39%**	**8.372,87**	**10.067,58**	**20,24%**
2.2.1	Família VGBL	40.342,82	41.638,29	3,21%	7.700,00	9.316,92	21,00%
2.2.2	Família PGBL	3.498,25	3.688,28	5,43%	672,87	750,66	11,56%
2.3	**Planos Tradicionais**	**1.672,60**	**1.632,08**	**-2,42%**	**332,91**	**286,34**	**-13,99%**
3	**Capitalização**	**8.558,32**	**9.563,17**	**11,74%**	**1.756,24**	**2.095,95**	**19,34%**
=1+2+3	**Setor Segurador (s DPVAT)**	**96.800,21**	**103.682,81**	**7,11%**	**19.403,52**	**22.529,31**	**16,11%**
4	**DPVAT**	**2.701,84**	**1.164,77**	**-56,89%**	**398,20**	**71,12**	**-82,14%**
=1+2+3+4	**Setor Segurador**	**99.502,05**	**104.847,58**	**5,37%**	**19.801,73**	**22.600,43**	**14,13%**

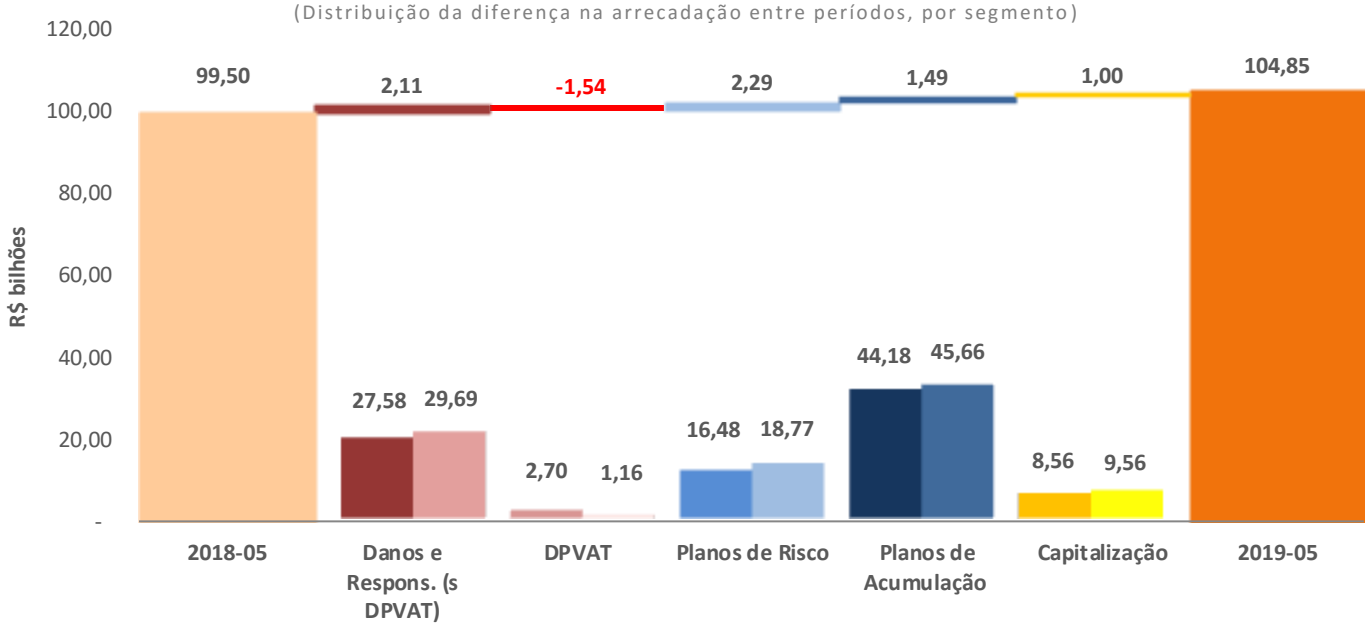
Nota: Valores referentes ao ramo dotal misto foram incluídos na parte de planos de risco, embora apresente características mistas de risco e acumulação.
Fonte: SES (SUSEP)

PENETRAÇÃO DA ARRECADAÇÃO NO PIB



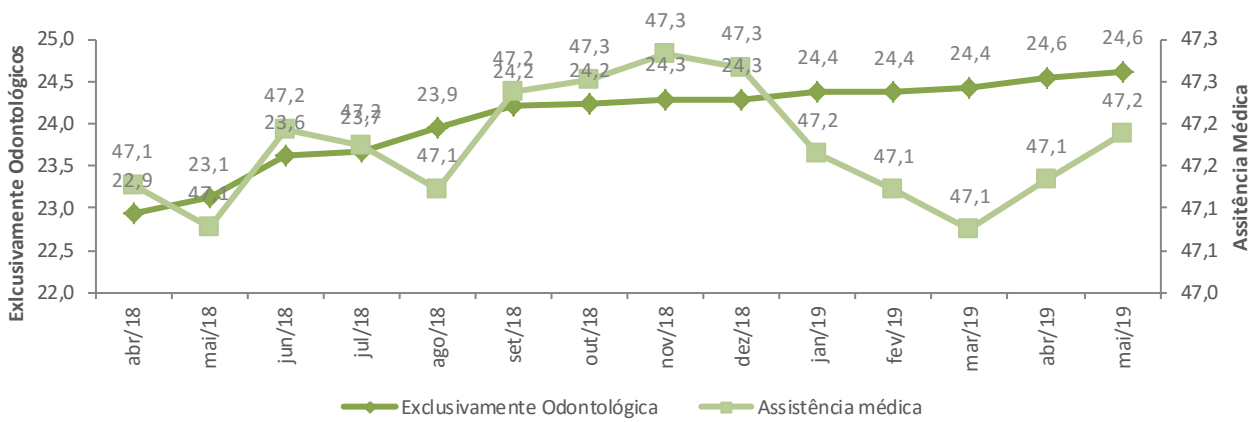
DANOS E RESPONSABILIDADES (SEM DPVAT) + DPVAT + PLANOS DE RISCO + PLANOS DE ACUMULAÇÃO + CAPITALIZAÇÃO

(Distribuição da diferença na arrecadação entre períodos, por segmento)



BENEFICIÁRIOS EM PLANOS DE SAÚDE

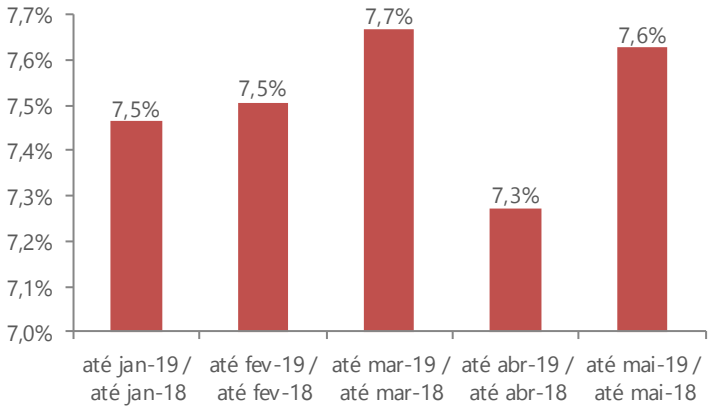
(em milhões de usuários)



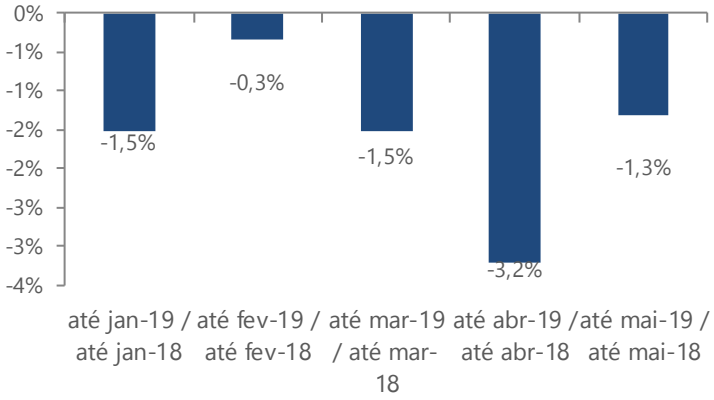
Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fontes: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

VARIAÇÃO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO
12 MESES MÓVEIS

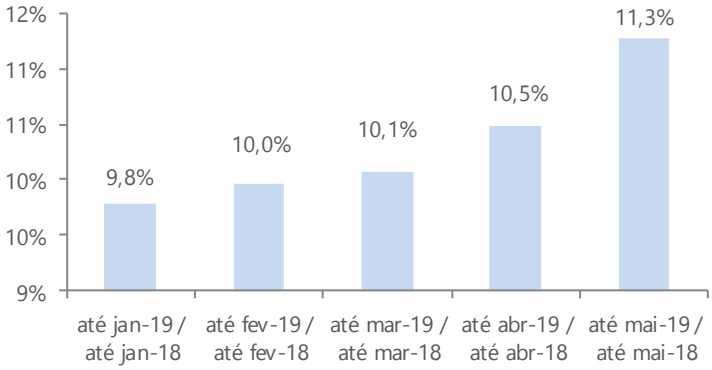
Danos e Responsabilidades(sem DPVAT)



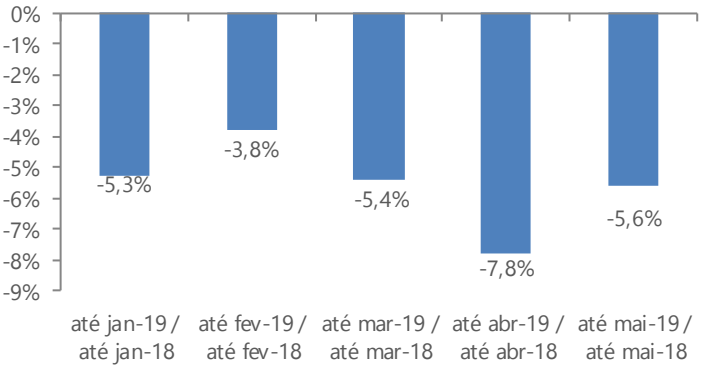
Cobertura de Pessoas



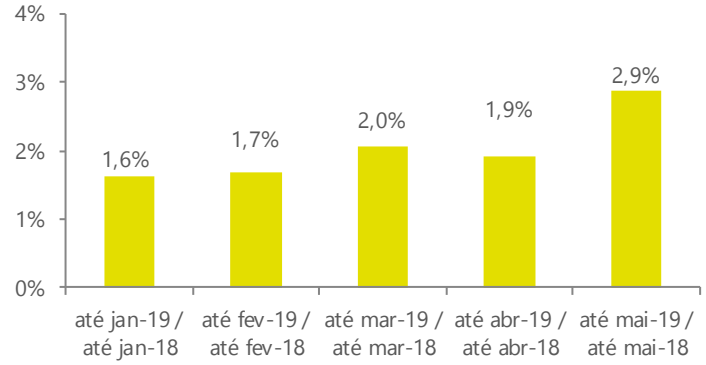
Cobertura de Pessoas – Planos de Risco



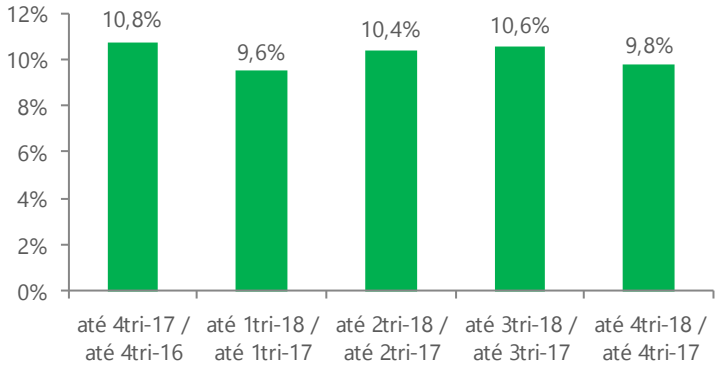
Cobertura de Pessoas – Planos de Acumulação



Capitalização



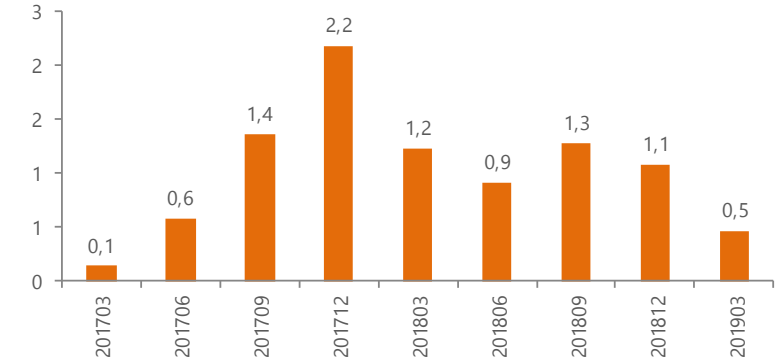
Saúde Suplementar



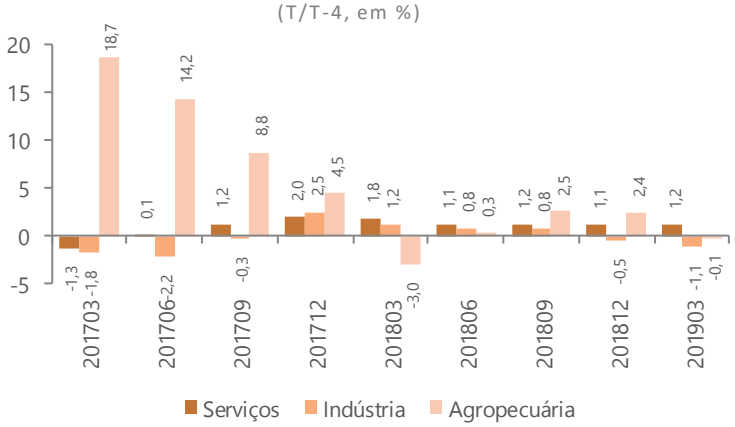
Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fontes: DIOPS (ANS); SES (SUSEP)

Indicadores Econômicos (data de corte: 10/07/19)

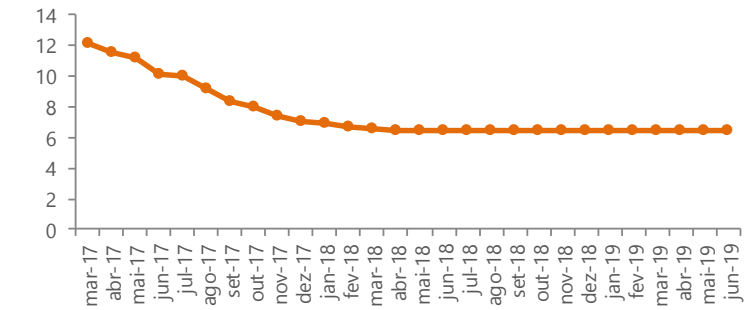
PIB TOTAL
(T/T-4, em %)



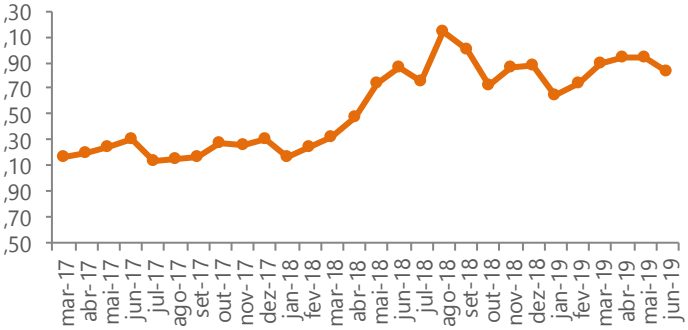
PIB PELA ÓTICA DA PRODUÇÃO
(T/T-4, em %)



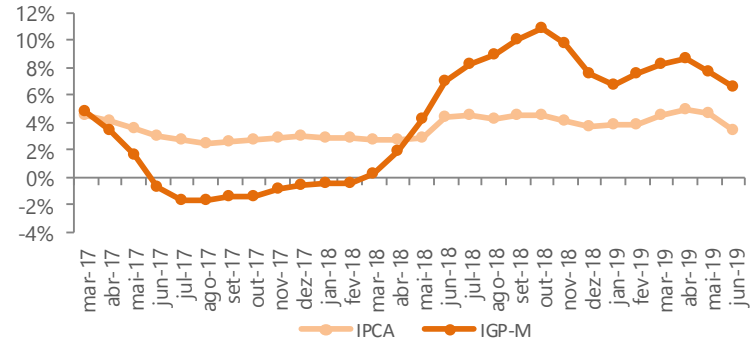
TAXA DE JUROS – SELIC EFETIVA
(em % a.a.)



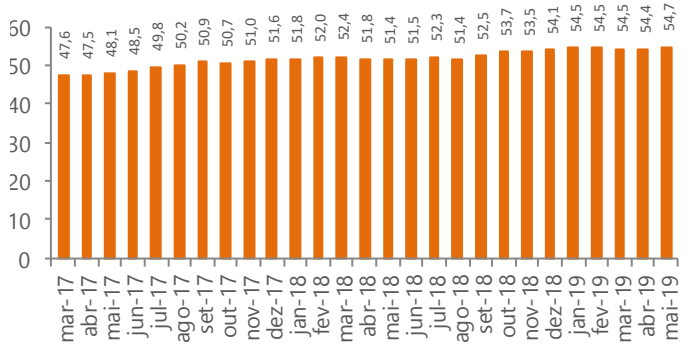
TAXA DE CÂMBIO – R$/US$
(taxa de fim de período)



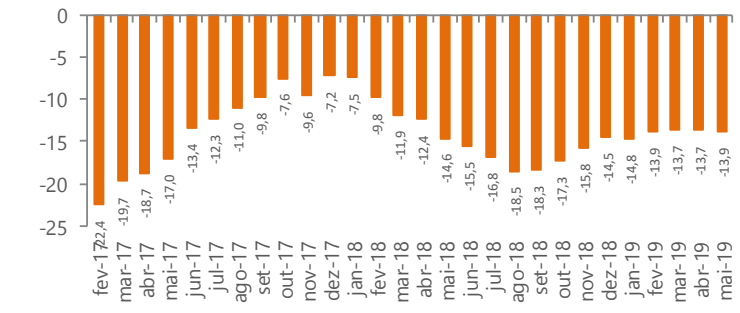
INFLAÇÃO – IPCA E IGP-M
(variação % ac. em 12 meses)



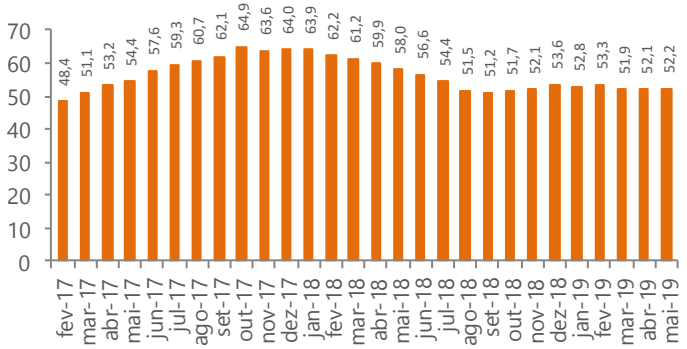
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO
(como % do PIB ac. em 12 meses)



SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES
(em US$ bilhões, ac. em 12 meses)



SALDO DA BALANÇA COMERCIAL
(em US$ bilhões, ac. em 12 meses)



Fonte: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE)

Glossário

Arrecadação do Setor Segurador: Contempla o prêmio direto de seguros, prêmio emitido em regime de capitalização, contribuição em previdência, faturamento de capitalização e contraprestação de saúde suplementar.

Prêmio Direto de Seguros: Emissão de prêmio líquida de cancelamento e restituição.

Prêmio Emitido em Regime de Capitalização: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio de seguros estruturados no regime financeiro de capitalização.

Contribuição de Previdência: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio do plano de previdência.

Faturamento de Capitalização: Faturamento com títulos de capitalização líquida de devolução e cancelamento.

Contraprestação de Saúde Suplementar: Contraprestação líquida/prêmios retidos para coberturas assistenciais Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistro ocorrido/indenização/sorteio/resgate/benefício do Setor Segurador: Contempla o sinistro ocorrido de seguros, resgate e benefício de previdência, sorteio e resgate de capitalização e indenização de saúde suplementar.

Sinistro ocorrido de Seguros: Indenizações avisadas, despesas relacionadas a seguros, retrocessões aceitas, variação das provisões de sinistro e serviços de assistência, líquido dos salvados e ressarcidos avisados e de sua variação do ajuste da PSL. Considera as parcelas administrativas e judiciais, consórcios e fundos e despesas com benefícios em regime de capitalização e repartição de capitais de cobertura para seguros.

Resgate e benefício de Previdência: Valor correspondente a cada um dos resgates e benefícios destinados à cobertura do plano de previdência.

Sorteio e resgate de Capitalização: Valor correspondente aos prêmios de sorteios e resgates pagos com títulos de capitalização.

Indenização de Saúde Suplementar: Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos de cobertura assistencial Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistralidade: Contempla sinistralidade de seguros e saúde suplementar

Sinistralidade de Seguros: proporção do sinistro ocorrido sobre o prêmio ganho.

Sinistralidade de Saúde Suplementar: proporção de indenização de saúde suplementar sobre a contraprestação de saúde suplementar.

Despesas de comercialização do Setor Segurador: Despesas de comercialização e custos de aquisição agregados em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Despesa administrativa do Setor Segurador: Despesas administrativas em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Ativo do Setor Segurador: Recursos econômicos na forma de bens e direitos em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Provisão do Setor Segurador: Passivo contabilizado pelo Mercado Segurador para refletir as obrigações futuras advindas dos compromissos assumidos com os contratantes de suas operações.

Captação líquida dos Planos de Acumulação: Diferença entre a soma das contribuições de previdência e do prêmio emitido em regime de capitalização de VGBL e a soma dos resgates de previdência e de VGBL. Aplicável somente a esses planos.

Captação líquida de Capitalização: Diferença entre o faturamento de Capitalização e o total dos seus resgates.

PIB: Produto Interno Bruto, a soma do valor de todos os bens e serviços finais produzidos no país em determinado período.

PIB mensal: Produto Interno Bruto Nominal mensal, calculado e publicado pelo Banco Central do Brasil (*proxy* mensal para o PIB Nominal oficial, calculado pelo IBGE).

Penetração do Setor Segurador no PIB: Proporção da Arrecadação do Setor Segurador sobre o Produto Interno Bruto.

População Brasileira: Número de habitantes no território nacional publicado pelo IBGE com base em informações dos registros de nascimentos e óbitos, dos censos demográficos e das contagens de população intercensitárias.

Arrecadação per capita: proporção da arrecadação do Setor Segurador sobre a População Brasileira.

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor-Amplo calculado pelo IBGE.

IGP-M: Índice Geral de Preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Focus: Relatório semanal divulgado pelo Banco Central do Brasil com estatísticas-resumo de expectativas de agentes de mercado para variáveis macroeconômicas.

Selic: Taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil.

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, gerido pela Caixa Econômica Federal, criado com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho, formando poupança compulsória que pode ser usada em momentos especiais.

PIS/PASEP: São siglas diferentes, sendo a primeira para o Programa de Integração Social e a segunda para Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. São contribuições sociais recolhidas pelas empresas, que são transformadas em benefícios a trabalhadores dos setores privado e público.

Composição do Conselho Diretor Eleito

com mandato de 30/04/2019 a 29/04/2022

Presidente

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

1º Vice-Presidente

Roberto de Souza Santos
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais

Vice-Presidentes

Gabriel Portella Fagundes Filho
Sul América Companhia Nacional de Seguros

Mário José Gonzaga Petrelli
Icatu Seguros S/A

Vinicius José de Almeida Albernaz
Bradesco Seguros S/A

Vice-Presidentes Natos

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade
Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg)

João Alceu Amoroso Lima
Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde)

Jorge Pohlmann Nasser
Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi)

Marcelo Gonçalves Farinha
Federação Nacional de Capitalização (FenaCap)

Diretores

Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Brasilprev Seguros e Previdência S/A

Carlos André Guerra Barreiros
Prudential do Brasil Seguros de Vida S/A

Edson Luís Franco
Zurich Minas Brasil Seguros S/A

Eduard Folch Rue
Allianz Seguros S/A

Francisco Alves de Souza
COMPREV Vida e Previdência S/A

Gabriela Susana Ortiz de Rozas
Caixa Seguradora S/A

João Francisco Silveira Borges da Costa
HDI Seguros S/A

José Adalberto Ferrara
Tokio Marine Seguradora S/A

Leonardo Deeke Boguszewski
Junto Seguros S/A

Miguel Gómez Bermúdez
Mapfre Previdência S/A

Nilton Molina
Mongeral AEGON Seguros e Previdência S/A

Osvaldo do Nascimento
Itaú Vida e Previdência S/A

Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão
Sinaf Previdencial Cia. de Seguros

Pedro Pereira de Freitas
American Life Companhia de Seguros S/A

Diretor Nato

Luiz Tavares Pereira Filho
Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

Composição da Diretoria Executiva

Diretores

Alexandre Leal
Diretor Técnico e de Estudos

Luiz Tavares Pereira Filho
Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

Miriam Mara Miranda
Diretora de Relações Institucionais

Paulo Annes
Diretor de Administração, Finanças e Controle

Solange Beatriz Palheiro Mendes
Diretora de Relações de Consumo e Comunicação

A Conjuntura CNseg nº 9 é uma publicação da Confederação das Seguradoras e foi elaborada por:

- Superintendência de Estudos e Projetos – SUESP
- Superintendência Executiva de Comunicação e Imprensa – SUECI
- Lauro Faria – Colaborador
- Luiz Roberto Cunha – Colaborador

CNseg

Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização